

Delap, Lucy, *Feminismos: Uma história global*, Tradução Isa Mara Lando e Laura Teixeira Motta, São Paulo, Companhia das Letras, 2022, 322 p., ISBN 978-65-5921-246-0.

Abordar os feminismos numa perspetiva global, mobilizando dimensões que não se limitam às mais evidentes, é o propósito de Lucy Delap, professora da Universidade de Cambridge, em *Feminismos: Uma história global*, obra aqui analisada. Delap trata os feminismos no plural, entendendo-os como um conjunto de facetas e tradições de um fenómeno histórico e político de alcance mundial, cujo horizonte comum é a reivindicação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres, ainda que expresso por meios e repertórios diversos.

Com esse objetivo, ao longo dos últimos 250 anos, a autora identifica feminismos em diferentes tempos e espaços, evidenciando uma diversidade de movimentos e campanhas, múltiplas estratégias e inúmeras vozes que, apesar das suas especificidades, convergem no essencial quanto aos seus objetivos.

Admitindo a impossibilidade de analisar o tema no seu todo, opta por no-lo apresentar em parte, valendo-se para isso das novas possibilidades que as abordagens da história global permitem. Assim sendo, o estudo procura explorar conexões e entrelaçamentos entre debates, práticas e repertórios de ação, refletindo sobre a variação histórica e geográfica das respostas dadas a questões recorrentes que foram moldando a “questão feminista” em diferentes latitudes e temporalidades. Seguindo a historiadora Kathryn Gleadle¹ no seu convite para “pensar a história feminista como uma estrutura de raiz de rizoma, não linear, cheia de pontos de crescimento, becos sem saída e padrões de influências inesperados” (p. 24), Delap tenta perceber como ideias, textos e pessoas cruzam fronteiras, reais e imaginadas, criando interseções múltiplas, numa clara tentativa de fugir a um enfoque analítico excessivo na Europa e na América do Norte. Em toda a sua abordagem, identificamos o cuidado de, num jogo de escalas balanceado, procurar interrogações e respostas globais sem descurar as especificidades regionais e locais.

Concebendo o feminismo como um conjunto de “elementos” – movimentos, grupos e campanhas – cuja evolução não é contínua nem linear, mas cujo horizonte converge na reivindicação da igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres, Lucy Delap propõe-se analisá-lo a partir de uma perspetiva

¹ Kathryn Gleadle, “The Imagined Communities of Women’s History: Current Debats and Emerging Themes, a Rizomatic Approach”, *Women’s History Review*, 22, 4 (2013), p. 524-40.

dinâmica e crítica. Pretende fazer uma história na qual se incluam tanto as reivindicações, ações e sucessos como os seus limites, contradições e insucessos.

Na sua análise, a autora trabalha com o conceito de “feminismo em mosaico”: um fenómeno que, visto à distância, pode parecer obedecer a um padrão único; contudo, à medida que nos aproximamos, torna-se evidente a multiplicidade de elementos, a diversidade de abordagens e a pluralidade de vozes que o constituem, continuamente desenvolvidos e atualizados a partir de repertórios, debates e experiências já existentes. Para completar a análise, a autora recorre ao conceito de “politics in the cracks”, de Kimberly Springer², para estudar também os intervalos entre as tesselas que compõem o mosaico, ou seja, valorizando uma abordagem “intersticial” e “preocupações que não se encaixavam facilmente na política feminista existente e [nas] oportunidades e os deslocamentos que daí resultaram” (p. 25).

Relatando vidas e percursos de inúmeras mulheres, a autora apresenta-nos uma história do feminismo – plural e global, repita-se – que privilegia oito dimensões que, à partida, não são evidentes: sonhos, ideias, espaços, objetos, visuais, sentimentos, ações e canções. O fio condutor da obra são as mulheres, situadas no seu tempo, na sua geografia e nos respetivos contextos social, económico e político. Ao narrar as suas histórias, Delap evidencia os desafios e as lutas que enfrentaram, as reivindicações que formularam e as motivações que as orientaram. Ativistas ou vítimas de opressão, feministas assumidas ou sem se reconhecerem como tal, letradas ou sem escolarização formal, todas contribuem, através das suas trajetórias, para a análise e a argumentação da autora. Mais do que definir o fenómeno num conceito estrito, e estreito, procura-se expor o objetivo dos feminismos e a diversidade de repertórios mobilizados para o atingir. E são muitos os pontos de contacto: formas de denúncia e reivindicação e modos de ativismo e de protesto. Mas são também muitas as diferenças e as contradições: desde logo as múltiplas exclusões que o(s) feminismo(s) encerra(m), por questões de raça ou de classe, por exemplo.

O livro tem oito capítulos, correspondentes às oito dimensões indicadas acima, a que se juntam uma introdução, uma conclusão, uma lista de abreviaturas e um índice remissivo. Das notas consta extensa e diversificada bibliografia, onde encontramos testemunhos, memórias, estudos e obras de divulgação, completada por uma bibliografia complementar. A riqueza documental é notória.

O primeiro capítulo trata dos “Sonhos” feministas. A autora coloca em diálogo mulheres – e também alguns homens – que, na literatura e na

² Kimberly Springer, *Living for the Revolution: Black Feminist Organizations, 1968-1980*, Durham, Duke University Press, 2005.

ação política, imaginaram e reivindicaram sociedades e modos de vida frequentemente qualificados como utópicos, nos quais as mulheres seriam reconhecidas em si mesmas, enquanto sujeitos autônomos e agentes atuantes. A consciência da diferença, dentro da unidade que se procura, também é abordada, convocando textos de feministas e ativistas nos quais se evidenciam, de forma clara, clivagens de raça, etnia, sexualidade e classe. Seguindo sonhos imaginados ou sonhados, percebemos a ânsia de inovação e a consciência dos limites e das tensões inerentes às expectativas de mudança.

No segundo capítulo, “Ideias”, o foco é a dominação das mulheres pelos homens. Apresenta-se uma reflexão sobre como as estruturas da sociedade são modeladas pelo gênero e como se tem procurado dar nome à dominação masculina. O conceito mais consensual foi o de patriarcado, formulado por Lewis Henry Morgan, no início do século XIX, popularizado no movimento socialista e, depois, retomado, reinterpretado e contestado por feministas de várias proveniências geográficas e intelectuais. O patriarcado, na sua dinâmica própria, transformou-se e adaptou-se ao longo dos tempos, sendo conotado com manifestações econômicas, políticas, jurídicas, mas também culturais e sociais. A autora refere, ainda, outras formulações para descrever a relação entre homens e mulheres como o “complexo da Turquia” apresentado por Eleanor Rathbone; o “androcentismo” formulado por Charlotte Perkins Gilman; e, ainda, a releitura que He-Yin Zhen propôs do termo *nannü*.

No terceiro capítulo analisam-se os “Espaços” feministas: espaços de ativismo, de empoderamento e de proteção. Revisitam-se espaços de trabalho, potenciadores da autonomia das mulheres e representando, simultaneamente, lugares de ativismo, encontro e debate. Elencam-se “negócios de mulheres”, como livrarias, editoras, artesanato, bem como a criação de bancos e organizações de crédito feministas para superar as numerosas e consideráveis dificuldades do acesso ao crédito nas instituições convencionais. Apresentam-se ainda espaços de culto e espaços de refúgio contra a violência. Estes casos servem para evidenciar, respetivamente, a exclusão das mulheres de lugares de destaque nas religiões e as dinâmicas de racismo vividas por comunidades aborígenes e imigrantes na Austrália, nomeadamente no acesso e na permanência em refúgios, muitas vezes condicionados pelas atitudes e práticas de mulheres brancas.

Ao longo do quarto capítulo, conhecemos “Objetos” feministas e a sua importância para a representação, divulgação e ativismo feministas. Recordem-se as cores utilizadas pelas sufragistas; pensemos nos crachás, calendários ou artigos de artesanato, com slogans ou símbolos feministas; ou atentemos na reutilização do espelho como símbolo do empoderamento feminino nos anos

1970, depois de durante tanto tempo ter representado o desrespeito e a violência exercidos contra as mulheres. A este propósito, a autora expõe também questões de igualdade na saúde, destacando a importância da divulgação do manual de saúde feminina, *Nossos corpos por nós mesmas*, publicado nos Estados Unidos da América na década de 1970 e traduzido em inúmeras línguas e adaptado às respectivas realidades locais. Invenções feministas, como os absorventes feitos com esponjas do mar e algodão, não foram esquecidas pela autora. E, no ensejo, abordam-se questões de saúde em África e a relevância do feminismo em contextos africanos. A divergência de perspectivas em torno da mercantilização do feminismo, que a própria compra e venda destes objetos pode implicar, também não está ausente do capítulo.

O papel da moda no ativismo feminista marca o capítulo 5, “Visuais”. Não sendo o vestuário um tema consensual, faz-se uma digressão por momentos marcantes da sua utilização pelos feminismos. Por exemplo, são analisadas as tentativas, sem sucesso, de definir um “visual” feminista, bem como as reformas do vestuário associadas ao surgimento do conceito de “nova mulher” e as articulações entre moda e tradições. Reflete-se também sobre “o contestadíssimo ato de se cobrir” (p. 147), de várias tradições culturais e religiosas. Da análise, destaco três aspetos que me parecem particularmente relevantes: a abordagem ao feminismo islâmico; a tendência, frequente nos discursos de crítica e condenação do véu (ou de práticas semelhantes), para excluir a possibilidade de a própria mulher escolher cobrir-se; e, por fim, a instrumentalização dessa prática como pretexto para ações islamofóbicas, sob o falso pretexto da libertação das mulheres.

O capítulo 6 “Sentimentos” aborda a importância das emoções no ativismo, analisando, nomeadamente, a raiva e o amor. A raiva surge como resposta à condição desigual das mulheres e como energia mobilizadora que atravessa lutas e protestos, debates e reivindicações, funcionando muitas vezes como motor da ação coletiva. Delap explora ainda as suas múltiplas direções e ambiguidades: a raiva dos homens perante a contestação feminista e, também, a raiva entre mulheres, revelando fraturas, tensões e conflitos internos. O amor é sobretudo capturado nas suas ligações com a solidariedade, a sexualidade e as disputas em torno do acesso à educação. Aborda-se, depois, a maternidade, tema controverso e gerador de tensões entre as feministas. Fugindo da imagem antifeminista da figura feminista que odeia crianças e evita a maternidade, analisa-se a sua importância e a forma como esta foi sendo entendida ao longo do tempo.

O capítulo 7 “Ações” coloca as feministas em movimento. Nele, acompanhamos as suas lutas e experiências concretas, conhecemos estratégias de mobilização e intervenção e percebemos as duras consequências – pessoais,

sociais e políticas – que muitas vezes delas resultaram. A autora, ao apresentar-nos um vasto leque de ações, coloca em destaque a criatividade, originalidade e diversidade do ativismo feminista: cortar cabos elétricos, atirar pedras, atear fogo, interromper reuniões, colocar ácido em caixas de correio, quebrar vitrines ou colocar bombas em prédios desocupados, são algumas das técnicas utilizadas pelas feministas nas suas campanhas. Juntam-se a greve e os piquetes como táticas importantes, sobretudo, para as trabalhadoras, enquanto instrumentos de pressão e negociação. Em determinados contextos, o próprio corpo tornou-se recurso político, recorrendo-se à nudez como estratégia de protesto e de visibilização.

Por fim, “ouvimos o feminismo”, no oitavo e último capítulo “Canções”. Analisa-se a utilização da música como forma de protesto, como meio para transmitir mensagens relevantes para a causa, para promover solidariedades, para incentivar à luta e demonstrar oposição. Esta é talvez a dimensão mais ousada de análise, dada a dificuldade em aceder a registos gravados, sendo muito interessante a forma como a autora no-la apresenta. Revisitando hinos e canções, chama a atenção para o poder e importância dessa forma de comunicação. Mas o feminismo também pode ser ouvido de outras formas, por exemplo, como barulho de fundo numa gravação de Kate Millet, conhecida escritora feminista norte-americana, durante a revolução iraniana de 1970. Criaram-se letras e músicas para ações feministas; aproveitaram-se outras já existentes; recorreu-se ao *keening* (lamento fúnebre) para transpor paredes; e, mais tarde, desenvolveu-se o *riot grrrl* como forma de intervenção e libertação feminina. “Ouvir o feminismo dá-nos uma noção melhor de sua inventividade eclética, dinâmica, raivosa e festiva” (p. 265), conclui a autora.

Identificam-se, ao longo de toda a obra, apelos e limites que a atravessam de forma transversal. O apelo à educação feminina consta do sonho de Rokeya Sakhawat Hossain; do “Manifesto Feminista” de He-Yin Zhen; e dos argumentos de Anna Julia Cooper, que considerava que “o verdadeiro amor tinha de se basear no acesso à educação” (p. 193). Por outro lado, o limite que as exclusões de raça representam para negras, aborígenes, imigrantes, é denunciado na “tripla exploração” denunciada por Claudia Jones; na contestação aos concursos e beleza do Carnaval de Nothing Hill; ou na participação de mulheres brancas no controlo das comunidades aborígenes australianas nos séculos XIX e XX. De destacar, ainda, entre tantos outros aspetos relevantes, os apelos à liberdade sexual e à autonomia da mulher através do emprego ou os limites que a dimensão religiosa implica, assim como a perspetiva de classe ou colonialista. Alguns destes aspetos merecem muito mais investigação.

O livro revela-se, simultaneamente, uma fonte de informação e de inspiração, mas também um convite a refletir “sobre como e por que a sociedade é organizada e o motivo de (alguns) homens terem a voz mais alta, mais recursos e mais autoridade do que as mulheres” (p. 27). Considero que a autora cumpre o objetivo a que se propõe, oferecendo uma análise ambiciosa, abrangente e inovadora dos feminismos, seguindo um percurso original e particularmente estimulante. Contestando a visão tradicional de ondas feministas, privilegiou a ideia das ondas de rádio, exposta por Nancy Hewitt³, para perceber (e revelar com ampla riqueza) as variações das vozes femininas, em contextos e volumes diversos, e trabalhou a elasticidade do conceito feminismo, não se preocupando, a meu ver bem, com definições estáticas e circunscritas. Apresentou, também, dissensões e confrontos internos, que têm caracterizado – e dificultado – a transmissão da mensagem feminista. Veja-se, por exemplo, a questão das mulheres trans não aceites por muitas feministas que defendem uma visão exclusivamente binária do sexo, levemente afluída no livro mas que antecipa um debate atual que tem propiciado cisões entre movimentos feministas e confrontado a própria defesa de políticas de igualdade de género. Os muitos testemunhos apresentados enriquecem o discurso, tornando-o vivo e interessante e incentivando o leitor a procurar mais informação.

Ultrapassada a ideia de que o feminismo já cumpriu a sua missão, esta viagem global sobre um tema fundamental revela-se particularmente pertinente num momento de recrudescimento de políticas autoritárias e discriminatórias, de crise económica e de conflitos armados. Num contexto em que o lugar das mulheres é reiteradamente questionado – e, não raras vezes, alvo de regressões –, a obra oferece ferramentas para compreender continuidades e mudanças, bem como para pensar criticamente os desafios do presente.

Carla Rosa

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

crmargarida@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5391-2132>

³ Nancy A. Hewitt (org.), *No Permanent Waves: Recasting Histories of U.S. Feminism*, New Brunswick, Rutgers University Press, 2010.